ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA ESCOLARIZAÇÃO DE UMA ESTUDANTE SURDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Emanuela Maria Campos de Andrade Castro[1]

[1] Mestranda em Atenção Precoce da Universidad Europea del Atlántico – FUNIBER. E-mail: emanuelacampos87@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A garantia do direito à educação de estudantes surdos exige que a escola reconheça a diversidade linguística como parte constitutiva do processo educativo. Não basta assegurar a matrícula e a presença física: é necessário criar condições para a comunicação, a compreensão dos conteúdos, a interação com os pares e o exercício do protagonismo. Nesse horizonte, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) assume papel central na organização de experiências escolares que respeitem as formas de expressão e aprendizagem da pessoa surda.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 estabeleceu disposições sobre sua difusão e o atendimento educacional. Posteriormente, a Lei nº 14.191/2021 incluiu a Educação Bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contemplando a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Esse marco normativo contribui para compreender que a acessibilidade linguística não é recurso complementar, mas condição de participação educacional.

Entretanto, a concretização desses direitos no cotidiano da escola pública permanece atravessada por desafios. Barreiras comunicacionais, oferta limitada de materiais acessíveis e necessidade de articulação entre profissionais podem dificultar a continuidade das aprendizagens. A presença da Libras em situações pontuais, sem planejamento pedagógico compartilhado, não assegura, por si só, uma proposta educacional linguisticamente acessível. É preciso considerar as relações entre língua, cultura, currículo e pertencimento.

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido a partir do acompanhamento educacional de uma estudante surda em uma escola pública do Sertão Pernambucano. O recorte foi motivado por situações vivenciadas no cotidiano escolar e pela busca de estratégias que ampliassem o acesso aos conteúdos, a participação nas atividades e a interação com professores e colegas. A experiência contemplou mediação em Libras, utilização de recursos visuais, adaptação e flexibilização de propostas pedagógicas e colaboração entre profissionais.

ISSN: 2358-8829

O objetivo geral consiste em relatar e analisar os desafios e as estratégias desenvolvidas durante esse acompanhamento, considerando seus efeitos observados sobre a participação, a autonomia e o envolvimento da estudante. De modo específico, busca-se discutir as barreiras identificadas, descrever os recursos empregados e refletir sobre a necessidade de produção de materiais bilíngues. O relato aponta que práticas intencionais e articuladas favorecem condições mais significativas de escolarização e podem gerar novas propostas, como a elaboração de um conto acessível em Português e Libras.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, com natureza descritiva e reflexiva. Seu objeto é o acompanhamento educacional de uma estudante surda matriculada em escola pública do Sertão Pernambucano, considerado a partir de situações de ensino, comunicação e convivência no cotidiano escolar. A opção por esse tipo de produção permite sistematizar aprendizagens provenientes da prática, sem pretensão de generalização estatística.

O percurso partiu da observação pedagógica de situações relacionadas à participação da estudante nas atividades, à interação com docentes e colegas e às possibilidades de acesso aos conteúdos trabalhados. As necessidades identificadas orientaram a seleção de estratégias de mediação em Libras, recursos visuais e adaptações ou flexibilizações de atividades. O planejamento colaborativo entre profissionais foi considerado componente importante para adequar as intervenções às demandas observadas.

A análise foi organizada em três eixos interpretativos: (a) barreiras de acessibilidade linguística e pedagógica; (b) estratégias de mediação e participação nas atividades escolares; e (c) autonomia, interação e produção de recursos bilíngues. Esses eixos foram construídos a partir dos aspectos já registrados no relato apresentado em pôster, e não representam categorias obtidas por mensuração quantitativa ou aplicação de testes padronizados.

As observações foram examinadas de forma descritiva e reflexiva, relacionando as práticas desenvolvidas às contribuições teóricas e ao marco legal da Educação Bilíngue de Surdos. Não são apresentados dados numéricos de desempenho, cronologia detalhada de intervenções ou instrumentos de avaliação que não constam do registro original. Para resguardar a privacidade, a estudante não é identificada nominalmente neste texto. A eventual publicação de imagens identificáveis requer confirmação da autorização de uso e das exigências éticas e institucionais pertinentes.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre Educação Bilíngue de Surdos envolve o reconhecimento de que a Libras e a Língua Portuguesa escrita desempenham funções distintas e complementares na escolarização. Quadros (1997) destaca a relevância da aquisição e do desenvolvimento linguístico para a educação de surdos, oferecendo fundamentos para compreender a centralidade da língua de sinais nos processos de construção de sentidos. Sob essa perspectiva, a acessibilidade não se reduz à transmissão isolada de palavras, pois envolve a possibilidade de compreender conceitos, dialogar e produzir conhecimentos.

Lodi (2013) problematiza as relações entre educação bilíngue e inclusão, chamando atenção para as tensões existentes entre o reconhecimento da diferença linguística e a organização de políticas e práticas escolares. A perspectiva bilíngue requer considerar a Libras como língua de instrução e de interação, ao mesmo tempo em que a Língua Portuguesa escrita é trabalhada como segunda língua, respeitando especificidades do processo de aprendizagem. Isso implica decisões curriculares e didáticas que não podem ser atribuídas exclusivamente à atuação de um único profissional.

Os marcos legais brasileiros oferecem respaldo para essa compreensão. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras; o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta aspectos de sua utilização e da formação de profissionais; e a Lei nº 14.191/2021 estabelece a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de educação escolar. A leitura conjunta dessas normas evidencia a importância de políticas e práticas que promovam acesso linguístico, valorização da identidade surda e condições de aprendizagem.

No plano pedagógico, recursos visuais, atividades adaptadas e planejamento coletivo podem ampliar as oportunidades de participação quando empregados em articulação com a Libras e com objetivos de aprendizagem definidos. É importante, contudo, não confundir a mera presença de imagens com uma proposta bilíngue efetiva. O sentido educativo desses recursos depende de sua adequação ao conteúdo, do diálogo com a estudante e da possibilidade de expressão e interação que proporcionam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro eixo de análise refere-se às barreiras comunicacionais e pedagógicas identificadas durante o acompanhamento. O relato evidencia dificuldades relacionadas à acessibilidade da comunicação, à escassez de materiais didáticos acessíveis e à necessidade de maior articulação entre profissionais. Tais obstáculos mostram que a participação de uma

ISSN: 2358-8829

estudante surda depende tanto de recursos linguísticos quanto de condições institucionais para o planejamento e a continuidade das ações.

No segundo eixo, a mediação em Libras, combinada ao uso de recursos visuais e à adaptação e flexibilização de atividades, mostrou-se relevante para favorecer a compreensão dos conteúdos e a participação nas propostas escolares. A associação dessas estratégias possibilitou diferentes formas de acesso às informações e de expressão da estudante. O planejamento colaborativo contribuiu para aproximar as intervenções das necessidades percebidas no cotidiano, reforçando que a acessibilidade é responsabilidade compartilhada.

No terceiro eixo, foram observados avanços qualitativos no envolvimento da estudante nas atividades, em sua autonomia e nas interações com professores e colegas. Esses resultados dizem respeito à experiência acompanhada e não constituem medida padronizada de evolução acadêmica. Ainda assim, são relevantes porque apontam mudanças percebidas na participação e no pertencimento escolar, dimensões que não podem ser reduzidas à realização individual de tarefas.

As vivências escolares também permitiram reconhecer expressões de identidade, protagonismo e vínculo com a comunidade. A valorização de referências culturais e das potencialidades da estudante amplia a compreensão da inclusão como processo relacional: aprender envolve ser reconhecida, participar de experiências coletivas e encontrar espaço para comunicar-se. Essa leitura é coerente com o entendimento de que a diferença linguística deve orientar, e não limitar, as escolhas pedagógicas.

Os achados dialogam com Quadros (1997), ao enfatizar a importância da língua de sinais para o desenvolvimento e a aprendizagem, e com Lodi (2013), ao situar a educação bilíngue no campo das condições efetivas de escolarização. A experiência sugere que mediação em Libras, recursos visuais e planejamento colaborativo são mais produtivos quando integrados a uma proposta intencional, em vez de tratados como medidas ocasionais de adaptação.

Uma consequência pedagógica importante do acompanhamento foi a identificação da necessidade de ampliar a produção de recursos bilíngues. Dessa reflexão surgiu a proposta de elaboração de um conto acessível em Língua Portuguesa e Libras, com aproximação à cultura pernambucana, desenvolvida como produto educacional e apresentada em trabalho relacionado. Neste artigo, essa produção é mencionada como desdobramento da experiência, sem confundir os resultados do acompanhamento escolar com a avaliação específica do conto.

Entre os limites do relato, destacam-se a concentração em uma experiência singular e a ausência, no registro de origem, de informações sistemáticas sobre duração do acompanhamento, instrumentos formais de coleta e indicadores quantitativos. Portanto, os

resultados devem ser interpretados como evidências descritivas situadas, úteis à reflexão profissional e à formulação de novas investigações, mas insuficientes para estabelecer relações causais ou generalizações sobre todos os contextos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato evidencia que a escolarização de uma estudante surda em escola pública do Sertão Pernambucano exige ações que ultrapassem a garantia de matrícula. As barreiras de comunicação, a disponibilidade limitada de materiais acessíveis e a necessidade de articulação entre profissionais demonstram a importância de organizar a acessibilidade linguística como parte do planejamento pedagógico.

As estratégias desenvolvidas mediação em Libras, recursos visuais, adaptações e flexibilizações de atividades e trabalho colaborativo favoreceram, conforme as observações registradas, a compreensão de conteúdos, o envolvimento nas propostas, a autonomia e a interação com a comunidade escolar. Esses resultados reforçam o valor de práticas que reconhecem a língua, a identidade e as potencialidades da estudante, sem reduzir sua trajetória a dificuldades individuais.

A experiência também produziu um encaminhamento concreto: a proposta de construção de literatura bilíngue acessível, apresentada em trabalho complementar. Tal desdobramento indica que demandas identificadas na prática podem impulsionar a criação de recursos com potencial de adaptação a outros contextos. Para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar a documentação do processo pedagógico, ouvir as perspectivas dos estudantes surdos e examinar a utilização de materiais bilíngues com critérios de acompanhamento previamente definidos.

Conclui-se que uma educação comprometida com o direito de aprender precisa assegurar condições de participação, comunicação e pertencimento. A Educação Bilíngue de Surdos se fortalece quando a Libras, a Língua Portuguesa escrita e o trabalho coletivo são articulados em práticas escolares contínuas, contextualizadas e sensíveis às singularidades dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Bilíngue; Estudantes Surdos; Inclusão Escolar; Libras; Relato de Experiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

ISSN: 2358-8829

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. Brasília, DF, 2021.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial** e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de**. Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.